

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2021.

(Do senhor Paulo Pimenta)

Requer informações ao Senhor Ministro da Educação acerca das atividades e do repasse de recursos públicos à Universidade Centro de Ensino Superior de Maringá - UniCesumar e da Universidade Missional - UniMissional.

Senhor Presidente:

Nos termos do artigo 50 da Constituição Federal e do artigo 115 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência sejam encaminhados os questionamentos indicados neste requerimento ao Excelentíssimo Senhor Milton Ribeiro, Ministro da Educação.

JUSTIFICAÇÃO

Em 2020, em Maringá, foi criada a UniMissional que funciona como um braço da Universidade Centro de Ensino Superior de Maringá - UniCesumar, uma grande universidade privada do país que é destinatária de volumosos recursos públicos oriundos de programas educacionais do Governo Federal e do Governo Municipal.

A UniMissional combina a formação universitária rotineira da UniCesumar a um curso que prepara jovens para evangelizar as populações indígenas. A UniMissional é de um dos filhos de Wilson de Matos Silva, reitor e fundador da UniCesumar, Wesley Kendrick Silva, diretor de Relações Institucionais do Grupo e também pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil. Na página eletrônica da UniMissional constam ofertas de “mais de 100 cursos de graduação ou pós-graduação com qualidade UniCesumar de ensino” e a promessa é de “formação acadêmica e missional para servir no Reino de Deus em todo o tempo e em todo lugar!”.

A UniCesumar, também em 2020 e durante a pandemia, obteve uma vitória importante. Após dois anos de trâmites legais, ela foi promovida de Centro Universitário à Universidade através da Portaria nº 367¹, assinada pelo então Ministro Abraham Weintraub. O novo status garante maior autonomia para criar cursos e programas.

Logo após as eleições presidenciais, Wilson de Matos Silva, reitor e proprietário da UniCesumar, chegou a ser cotado para assumir o Ministério da Educação². Depois, o reitor

1 PORTARIA Nº 367, DE 27 DE MARÇO DE 2020. (Publicação no DOU n.º 62 de 31.03.2020, Seção 1, página 51)

2 <https://pitoco.com.br/leiamais-ver/597/Por+que+ele+nao+vem%3F>



e fundador da UniCesumar foi nomeado para ocupar um dos assentos do Conselho Nacional de Educação (CNE)³, por Bolsonaro, mas Wilson de Matos Silva decidiu não assumir o cargo⁴. A nomeação, assinada pelo presidente Jair Bolsonaro, tinha sido publicada no Diário Oficial da União no dia 10/07/20.

Parte do sucesso da UniCesumar – e, por tabela, da UniMissional – se deve aos volumosos repasses de recursos públicos recebidos ao longo de sua história: o governo federal através do ProUni (Programa Universidade Para Todos) e Fies (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior), ou ainda do município, pelo Promube (Programa Municipal de Bolsas de Estudo). Apenas em 2020, a instituição da família Matos Silva recebeu mais de R\$ 32,6 milhões de verbas repassadas para o custeio destes programas, que estão sendo, na prática, destinados a programas de formação de missionários.

Uma série de benefícios são ofertados aos alunos que se candidatam a formação missional e universitária: desde descontos até condições mais acessíveis para manter estudo e moradia, enquanto o estudante faz a graduação ou pós-graduação. Em 2020, ano da primeira turma da UniMissional, a UniCesumar recebeu da Prefeitura de Maringá R\$ 9,1 milhões, para 993 bolsas de estudo, a partir de renúncias fiscais do município.

O valor representa mais de 85% do total do Promube, programa que viabiliza acesso ao ensino superior para estudantes que cursaram o Ensino Médio integralmente em escolas públicas e que morem há pelo menos dois anos em Maringá.

Assim, a UniMissional se vale do carimbo de qualidade do MEC, do Enem e do dinheiro público do Fies, do Prouni e do Promube, que financia cursos superiores privados, para seduzir jovens estudantes para a tarefa de converter povos nativos ao cristianismo evangélico.

Além disso, em setembro de 2020, a UniMissional embolsou R\$ 392 mil, e foi a instituição campeã das beneficiadas pelo Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado, o Programa Pátria Voluntária, liderado pela primeira-dama Michelle Bolsonaro. A segunda instituição que mais recebeu recursos foi a Associação de Missões Transculturais Brasileiras - AMTB, que congrega as organizações missionárias no país e que foi beneficiada com R\$ 240 mil, no mesmo período.

O Vice-presidente da AMTB⁵, Cassiano Batista da Luz, é também o vice-presidente da UniMissional. Ambos, presidente (Wesley Kendrick Silva) e vice-presidente da UniMissional foram nomeados conselheiros do programa da primeira-dama.

Há, portanto, fortes indícios de que os programas educacionais do Ministério da Educação e da Prefeitura de Maringá, que deveriam ser repassados de forma impessoal e com objetivos educacionais, estejam financiando projetos confessionais de evangelização de indígenas no Brasil e ao redor do mundo.

³ https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/politica/2020/07/747149-bolsonaro-nomeia-olavista-e-dono-de-universidade-para-conselho-nacional-de-educacao.html

<https://gmconline.com.br/noticias/cidade/bolsonaro-escolhe-wilson-matos-para-o-conselho-nacional-de-educacao/>

⁴ <https://maringapost.com.br/cidade/2020/07/16/reitor-da-unicesumar-wilson-de-matos-silva-decide-nao-integrar-conselho-nacional-de-educacao/>

⁵ <https://www.amtb.org.br/diretoria/>



Principalmente diante da recente qualificação da UniCesumar como Universidade, o que lhe permitiu acesso a mais recursos públicos, e da simbiose entre UniCesumar e UniMissional, que compartilham não apenas nomes fantasia semelhantes mas também a direção pela mesma família.

Ademais, a UniMissional veicula e vende cursos universitários no País, se valendo de uma “parceria” com a UniCesumar, porém não está a princípio estabelecida como uma Instituição de Ensino Superior, razão pela qual também não poderia ser destinatária de recursos públicos de forma transversal.

A combinação do vultoso financiamento público da Instituição de Ensino Superior pelo Estado, com a recente qualificação da UniCesumar como Universidade Pública e da fundação da UniMissional pela mesma família, que pretende realização de projetos confessionais que não guardam relação com educação, pode comprometer o dever constitucional do poder público de distribuição impessoal de verbas públicas e importar em financiamento público de projetos confessionais que violam o direito dos indígenas à autodeterminação.

Nesse cenário, é fundamental termos claro as razões pelas quais a UniCesumar foi alçada à qualificação de Universidade pelo Ministério da Educação, bem como perquirir a relação entre UniCesumar e UniMissional, principalmente no que toca a transferência de recursos públicos para o financiamento de projetos e programas confessionais e que não guardam qualquer relação com o Plano Nacional de Educação.

Considerando os fatos acima relatados, solicitamos que os seguintes questionamentos/pedidos sejam encaminhados ao Sr. Ministro da Educação:

1. Apresentar cópia integral e legível dos estudos e notas técnicas que contêm a análise pormenorizada que embasou a avaliação do juízo de oportunidade e conveniência para a transformação do Centro Universitário de Maringá em Universidade Cesumar (UniCesumar), inclusive o Parecer nº 15/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, e o processo e-MEC nº 201814216 citados na Portaria nº 367 de 27 de março de 2020 assinada pelo então Ministro Abraham Weintraub.
2. Apresentar cópia integral e legível dos estudos e notas técnicas que definiram o repasse de recursos públicos federais do MEC à UniCesumar.
3. Informar se os recursos destinados à UniCesumar pelos programas do Governo Federal estão sendo direcionados aos alunos da UniMissional.
4. Informar e apresentar cópias integrais e legíveis das informações prestadas pela UniCesumar a respeito das atividades prestadas pela UniMissional.
5. Informar se a UniMissional está qualificada como um programa de extensão ou pesquisa da UniCesumar. Se sim, informar se está sendo feito acompanhamento deste



programa pelo MEC e apresentar documentos relacionados à avaliação e acompanhamento do programa.

6. Informar se a UniMissional está qualificada no MEC para exercer suas atividades.
7. Informar qual a relação das UniCesumar com os programas educacionais vendidos pela UniMissional.
8. Informar quantos alunos estão vinculados à UniCesumar em cursos com parceria com a Unimissional via Prouni.
9. Informar quantos alunos estão vinculados à UniCesumar em cursos em parceria com a UniMissional via Fies.
10. Informar quantos dos recursos do Fies ou isenções via Prouni são direcionados aos cursos promovidos pela UniCesumar em parceria com a UniMissional.
11. Informar quantos alunos estão matriculados na UniCesumar com Prouni e quantos com Fies em cursos sem parceria com a UniMissional.
12. Informar se há, por parte da UniCesumar, negativas de matrículas de alunos com Fies para aqueles que optarem por cursos sem parceria com a UniMissional.

Solicito, na oportunidade, que além de enviar as informações requeridas à Mesa Diretora, a resposta seja encaminhada também diretamente ao gabinete deste Parlamentar requerente, no seguinte endereço: Gabinete 873 - Anexo III - Câmara dos Deputados – Brasília/DF, endereço eletrônico: dep.bohngass@camara.leg.br.

Sala das sessões, 08 de junho de 2021.

Deputado PAULO PIMENTA

